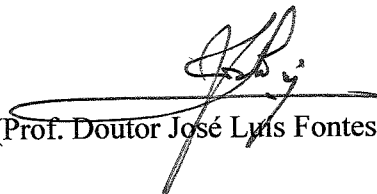


INFORMAÇÃO

A Comissão Científica do 3º ciclo de estudos informa que as Condições de Funcionamento e Normas de Avaliação do ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas da FFUP para o ano letivo 2010/2011 manter-se-ão em vigor no ano letivo 2011/12.

FFUP, 30 de novembro de 2011.

Pela Comissão Científica do Curso 3º Ciclo,


(Prof. Doutor José Luís Fontes da Costa Lima)

ANEXO: Condições de Funcionamento e Normas de Avaliação do ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas da FFUP para o ano letivo 2010/2011

**CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E NORMAS DE AVALIAÇÃO DO CICLO
DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS
FARMACÊUTICAS DA FFUP PARA O ANO LECTIVO DE 2010-2011**

Nota: Este documento não dispensa a consulta do “REGULAMENTO GERAL DOS TERCEIROS CICLOS DE ESTUDO DA UNIVERSIDADE DO PORTO”, aprovado pelo despacho reitoral GR.05/11/2009 de 24.11.2009 (alterado pelo despacho reitoral GR.06/01/2011 de 27.01.2011) assim como do “REGULAMENTO ESPECÍFICO DO CURSO DE 3º CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS” aprovado pelo Conselho Científico da FFUP em 30.05.2008.

Ponto 1. CURSO DE DOUTORAMENTO

1 – O Ciclo de Estudos conducente ao grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas integra um Curso de Doutoramento, o qual deverá ser entendido com um período propedêutico e probatório.

2 – O Curso de Doutoramento poderá ter um formato variável adaptado a cada candidato e é constituído pelas seguintes unidades curriculares (UC), a que correspondem os ECTS indicados: a) Seminário de Doutoramento (22 ECTS); b) Metodologias de Investigação I (8 ECTS); c) Metodologias de Investigação II (6 ECTS).

3 – A UC “Seminário de Doutoramento” será cumprida através da elaboração de um trabalho escrito que deverá ser apresentado oralmente pelo Estudante perante um Júri designado pela Comissão Científica do Curso (CCC). Poderá constituir o referido trabalho:

i) Um texto elaborado expressamente para a atribuição dos créditos correspondentes a esta UC; ii) Um artigo científico submetido para publicação e cujos resultados não poderão ser posteriormente incluídos na Dissertação de Doutoramento como resultados expressamente obtidos para a sua elaboração; iii) Um artigo de revisão submetido para publicação.

4 – As UCs “Metodologias de Investigação I” e “Metodologias de Investigação II” poderão ser cumpridas através das seguintes actividades:

- a) Assistência a Conferências Científicas, Congressos ou Seminários (50 minutos).
A cada actividade individual corresponderão 0,5 ECTS, com um limite máximo de 2 ECTS,
- b) Participação em Ciclos de Conferências. A cada actividade individual corresponderão 2 ECTS, com um limite máximo de 4 ECTS,
- c) Participação com apresentação de Comunicações em Congressos na forma de painel ou de comunicação oral. A cada actividade individual corresponderão 2 e 3 ECTS respectivamente, com um limite máximo de 4 ECTS,
- d) Apresentação de Conferência Científica (45 minutos), a que corresponderão 4 ECTS,
- e) Estágios no país, em outra Instituição que não a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, a que corresponderá 2 ECTS por semana, até ao limite de 4 ECTS.
- f) Estágios no estrangeiro, a que corresponderão 3 ECTS por semana, até ao limite de 4 ECTS,
- g) Frequência e aproveitamento comprovado de uma Unidade Curricular do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas ou outros Mestrados da FFUP, previamente aprovada pelo Orientador e/ou co-Orientador, a que corresponderão 4 ECTS,
- h) Frequência de Curso de Formação com avaliação, aprovada pelo Orientador e/ou co-Orientador, a que corresponderá 1 ECTS por cada dia de curso, com um limite máximo de 2 ECTS,
- i) Actividade como monitor aulas laboratoriais a nível de 2.º Ciclo. A cada actividade individual corresponderão 2 ECTS por cada 6 horas de leccionação, com um limite máximo de 4 ECTS,
- j) Apresentação, em aula teórica a nível de 2.º Ciclo, e a convite expresso do Responsável pela respectiva UC, de temáticas relacionadas com a sua área de investigação, a que corresponderão 2 ECTS por actividade individual, até um máximo de 4 ECTS,
- k) Outras actividades poderão ser objecto de creditação. Para o efeito deverá ser apresentado um pedido prévio pelo Estudante, acompanhado do parecer do Orientador e/ou Co-orientador, à CCC, a qual, conjuntamente com a autorização, indicará o número de ECTS a atribuir.

- 5 – Para serem atribuídas as UCs “Metodologias de Investigação I e II” deverá o Estudante apresentar relatório descritivo das actividades realizadas, conjuntamente com uma declaração do Orientador e/ou Co-orientador a certificar o conteúdo do relatório.
- 6 – Na conclusão do 1.º ano do Curso, e visando a atribuição do Diploma de Curso de Doutoramento em Ciências Farmacêuticas Aplicadas, deve o Estudante apresentar à CCC um relatório de toda a actividade correspondente aos 36 ECTS já realizados. A Comissão poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais e/ou complementares a apresentar pelo Estudante na reunião com a CCC, com a presença do Orientador e do Co-orientador.
- 7 – Em todas as UCs do Curso o resultado da avaliação será expresso como “Aprovado”, com uma avaliação numérica entre 0 e 20 ou “Reprovado”.
- 8 – A aprovação no Curso de Doutoramento confere direito a diploma com a denominação «Diploma de Curso de Doutoramento em Ciências Farmacêuticas Aplicadas».

Ponto 2. GRAU DE DOUTOR

- 1 – O Grau de Doutor em Ciências Farmacêuticas é conferido pela Universidade do Porto numa especialidade em que se insira o tema principal da tese apresentada.
- 2 – As especialidades em que, através da Faculdade de Farmácia, a Universidade do Porto concede o grau de doutor em Ciências Farmacêuticas são as seguintes:
- Análises Clínicas
 - Biologia Celular e Molecular
 - Bioquímica
 - Farmacologia e Farmacoterapia
 - Fitoquímica e Farmacognosia
 - Hidrologia
 - Microbiologia
 - Nanotecnologias
 - Nutrição e Química dos Alimentos
 - Química Analítica
 - Química Farmacêutica e Medicinal

- Síntese de Fármacos
- Tecnologia Farmacêutica
- Toxicologia

3 – O Grau de Doutor pode ser conferido conjuntamente com outras instituições de ensino superior portuguesas ou estrangeiras, dependendo de acordo prévio estabelecido pelos respectivos Reitores, no respeito pelo artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

4 – Para a concessão do Grau de Doutor é necessário que o candidato demonstre possuir:

- a) Capacidade de compreensão sistemática no domínio científico de estudo;
- b) Competências, aptidões e métodos de investigação associados a esse domínio científico;
- c) Capacidade para conceber, projectar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;
- d) Experiência de realização de trabalhos de investigação original que tenham contribuído para o alargamento de fronteiras do conhecimento, parte do qual mereça a divulgação nacional ou internacional em publicações com comité de selecção;
- e) Capacidade de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas;
- f) Capacidade de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que está especializado;
- g) Competências para, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico e/ou profissional, o progresso tecnológico, social ou cultural.

Ponto 3. HABILITAÇÕES DE ACESSO (CONDIÇÕES DE CANDIDATURA)

Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao Grau de Doutor:

- a) Os titulares do Grau de Mestre ou equivalente legal;
- b) Os titulares de Grau de Licenciado, detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido pela comissão científica como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos;

c) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido pela CCC como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

Ponto 4. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E SERIAÇÃO

Os candidatos serão seleccionados e seriados pela CCC tendo em consideração os seguintes critérios:

- *curriculum* académico
- *curriculum* científico
- experiência profissional

Ponto 5. CANDIDATURAS

As candidaturas são formalizadas em requerimento dirigido ao Director do Curso, instruído com os seguintes elementos:

- a) Documentos comprovativos de que o candidato possui as habilitações de acesso exigidas para a candidatura;
- b) *Curriculum vitae* actualizado e devidamente documentado;
- c) Indicação da especialidade em que pretende realizar o doutoramento;
- d) Domínio a investigar, com indicação dos objectivos gerais a alcançar;
- e) Indicação do Orientador e Co-orientador propostos;
- f) Termo de aceitação do Orientador e Co-orientador propostos.

Ponto 6. PROCESSO DE NOMEAÇÃO DO ORIENTADOR E/OU DO CO-ORIENTADOR

1 - A orientação deve ser assegurada por um Professor ou Investigador doutorado da FFUP. Excepcionalmente, a orientação pode caber a um Professor ou Investigador doutorado de outra instituição, caso em que terá de existir um co-Orientador e o mesmo ser Professor ou Investigador doutorado da FFUP.

2 - A aceitação da candidatura implica a aprovação pelo Director de Curso, do Orientador (e Co-orientador, se existir) indicados no requerimento de candidatura.

Ponto 7. REGISTO DO TEMA E DO PLANO DA TESE

A inscrição definitiva como Estudante de doutoramento só ocorre após parecer favorável da CCC, que terá em consideração o desempenho no Curso de Doutoramento e o tema e plano da Tese, proposto para registo à CCC pelo Orientador.

Ponto 8. REGIME DE PREPARAÇÃO DA TESE

- 1 – A inscrição no Ciclo de Estudos será feita em regime de tempo integral. Excepcionalmente, a inscrição em regime de tempo parcial poderá ser aceite desde que obtida a concordância do Orientador e Co-Orientador e da CCC. O tempo parcial refere-se apenas à parte curricular, a qual pode ser efectuada em dois anos, tendo o Estudante de se inscrever em pelo menos 50% dos créditos.
- 2 – O Orientador informará anualmente a CCC sobre a evolução do trabalho do Estudante.
- 3 – A informação a que se refere o número anterior, sob a forma de relatório escrito, deverá ser entregue à CCC até trinta dias antes do termo do período para o qual o Estudante tem inscrição válida.

Ponto 9. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA TESE E SUA APRECIÇÃO

- 1 – A Tese deve ser apresentada em versão definitiva e formato normalizado, em língua portuguesa ou outra de reconhecida divulgação na comunidade científica nacional e internacional, devendo ser acompanhada de um parecer do Orientador e do Co-orientador e de um resumo em português e inglês, elaborada de acordo com as normas de formatação e do manual de identidade gráfica da FFUP.

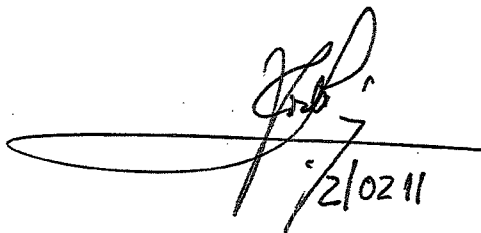
Ponto 10. COMPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO DO JÚRI

- 1 – A CCC proporá, em tempo útil, ao órgão estatutariamente competente da FFUP, um júri que será nomeado pelo Reitor da U.Porto nos trinta dias úteis subsequentes à data de entrega da Tese e demais documentação nos serviços académicos.

- 2 – O despacho de nomeação do júri deve ser notificado ao Estudante no prazo de cinco dias e afixado em local público habitual.
- 3 – O Estudante poderá, nos quinze dias úteis subsequentes à notificação referida no número anterior ou à data da afixação pública da composição do júri, opor suspeição a qualquer membro do mesmo, nos termos da legislação aplicável.
- 4 – O júri é constituído por:
- a) Reitor da U.Porto, que preside, ou quem dele receba delegação para esse fim;
 - b) Orientador ou um Co-Orientador;
 - c) Um mínimo de três e um máximo de cinco Doutores (vogais).
- 5 – Dois dos membros do júri são designados de entre Professores e Investigadores doutorados de outras instituições de ensino superior ou de investigação, nacionais ou estrangeiras.
- 6 – Pode ainda fazer parte do júri um especialista, nacional ou estrangeiro, de competência reconhecida pelo(s) órgão(s) competente(s) na área científica em que se insere a Tese.
- 7 – Pelo menos três membros do júri serão professores ou investigadores do domínio científico em que se insere a Tese.

Ponto 11. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO PELOS ÓRGÃOS PEDAGÓGICO E CIENTÍFICO

A CCC convocará o Estudante e o Orientador e/ou Co-orientador para a análise do relatório anual sobre a evolução do trabalho referido no Regulamento Geral, nos trinta dias subsequentes à recepção do mesmo.



2/02/11

